

Os postulados conservadores correspondem a uma valorização de ações pedagógicas que pouco incorporam do caráter interdisciplinar preconizado desde Tbilisi e assumido pelos segmentos mais críticos do campo ambiental.

Marcos Pinheiro Barreto

A crise socioambiental e as tendências da Educação Ambiental

The social-ambiental crisis and the environmental education tendencies

MARCOS PINHEIRO BARRETO*

Resumo

Trata-se de um estudo sobre as diferentes tendências que disputam, no campo da educação ambiental, as noções de crise, de desenvolvimento sustentável, bem como de educação, e repercutem em diferentes propostas de superação da crise contemporânea, genericamente, podendo ser identificadas segundo duas tendências básicas: uma de vocação conservadora e outra de vocação emancipatória. O artigo analisa as diferenças teóricas e práticas entre tais tendências, realizando uma crítica em relação às propostas conservadoras para afirmar a necessidade de uma educação ambiental identificada com um projeto civilizatório sustentável social e ambientalmente.

Palavras-chave:

Crise; Sustentabilidade; Educação ambiental

Abstract

This study deals with different trends that argue, within the field of environmental education, notions of crisis, sustainable development, as well as of education, about reflecting on distinct propositions for overcoming the contemporary crisis which may be generally identified as two basic trends: one of conservative tendency, the other of liberating tendency. The article analyzes the theoretical and practical differences between these trends, presenting a critical discussion concerning the conservative propositions in order to affirm the need for an environmental education which may be identified as a sustainable civilizing project, in both social and environmental aspects.

* Doutor em Educação pela UFF; docente da Faculdade de Educação UFF. E-mail: pinheirobarreto@yahoo.com.br

Keywords:

Crisis; Sustainability; Environmental education.

No início dos anos 70, tivemos, sob o patrocínio da ONU, a organização da *Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano em Estocolmo* (1972), que, além de afirmar o direito das presentes e futuras gerações a um ambiente saudável e não degradado, recomendava a formulação de um programa de educação ambiental (EA)¹ a ser seguido pelas nações. A importância estratégica da educação “como um dos elementos mais críticos para que se possa combater a crise ambiental do mundo” foi reafirmada em Belgrado, durante o *Encontro Internacional de Educação Ambiental* (1975), que formulou os princípios de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

Ainda nos anos 70, como desdobramento de Belgrado, tivemos a realização, sob os auspícios da UNESCO, da *Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi* (Geórgia – 1977), ocasião em que foram definidos os objetivos e as características, assim como as estratégias de EA, combinando ações nos planos nacional e internacional:

(...) um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram o conhecimento, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução de problemas ambientais e da gestão da questão da qualidade de meio ambiente. (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1977. Recomendação n. 1).

Tendo como saldo a aprovação de um conjunto de mais de 40 recomendações, *Tbilisi* continua sendo uma referência a respeito de EA, articulando objetivos no plano da consciência, do conhecimento, do comportamento, das habilidades e da participação, garantidos por um processo formal ou não formal de educação que leve em conta os seguintes princípios básicos:

- considerar o meio ambiente em sua totalidade, tendo em vista as dimensões tecnológicas, sociais, econômicas, políticas, éticas, entre outras;
- garantir um processo contínuo e permanente de formação, desde a pré-escola;

¹ Neste trabalho usaremos a sigla E.A, consagrada no campo da educação ambiental.

- assumir um enfoque interdisciplinar;
- examinar as questões ambientais, considerando a perspectiva local, regional, nacional e internacional e concentrando-se nas situações ambientais atuais, sem desconsiderar sua perspectiva histórica;
- trabalhar a necessidade da cooperação local, nacional e internacional na prevenção e resolução de problemas;
- destacar a complexidade das questões ambientais.

Tendo em vista a emergência dessas propostas educacionais formais e não formais, que ganharam em muitos países, como no Brasil, uma importância crescente inclusive nas pautas curriculares oficiais, consideramos oportuno um mapeamento das principais tendências que disputam estrategicamente as possibilidades político-pedagógicas da EA. Apresentaremos, para isso, uma perspectiva crítica quer na percepção da chamada “crise ambiental”, quer nas propostas de formação de educadores ambientais.

Trabalhando com autores que procuraram identificar as principais tendências a disputar conceitos no campo ambiental, entre eles o estratégico conceito de desenvolvimento sustentável, cremos poder distinguir aquela que tem exercido uma força hegemônica, traduzindo-se em políticas governamentais e não governamentais que repercutem em muitos projetos de educação ambiental, tanto em espaços escolares quanto em cenários sociais mais amplos. Passível de ser caracterizada de diferentes maneiras, tal tendência hegemônica e não homogênea certamente pode ser aproximada à orientação identificada por Loureiro (2000, p. 20) como a de “tecnicismo”, na medida em que preconiza a primazia das “soluções técnicas e de manejo e gestão de recursos naturais” para resolver os dilemas gerados pela crise ambiental. Dessa forma, negligencia as dimensões políticas e econômicas das opções tecnológicas em questão.

Outro autor que procura discutir “as atitudes diante da crise ambiental da atualidade”, Soffiati (2002, p. 57) propõe o termo “compatibilismo” para identificar a tendência que “pretende conciliar, em caráter permanente, os estilos convencionais de desenvolvimento com a proteção da natureza”. Ele também afirma o caráter “francamente compatibilista” da própria legislação brasileira.

De outro modo, Crespo (1998, p. 215) identifica o que chama de “ambientalismo pragmático” ou “ecologia de resultados” — segundo a autora, uma das principais tendências da atualidade,

preocupada em frear o processo de depleção dos recursos e criar dentro dos sistemas socioeconômicos vigentes, em que predomina o capitalismo, mecanismos que compatibilizem desenvolvimento econômico e manejo sustentável de recursos.

Segundo Crespo (1998), os “pragmáticos” defendem como “pontos programáticos fortes” o investimento em tecnologias limpas e a regulação do uso e direitos sobre os recursos naturais.

No limite dessa tendência, poderíamos citar ainda um estudo mais antigo sobre as distintas posições no campo ambiental, quando Viola (1987, p. 79) identificava os “ecocapitalistas”, que defendem o mercado como “alocador de recursos, sendo este disciplinado por um Estado que opera como guardião ecológico da sociedade, sendo compatível com o predomínio da grande propriedade oligopólica”.

Ao traduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo uma perspectiva conciliadora com os padrões de produção capitalista, a tendência hegemônica dilui os conteúdos potencialmente críticos do ambientalismo em favor de uma “sustentabilidade conservadora”, como sugere Lima (2002, p. 122), “que busca se legitimar como uma proposta moderna e eficiente, capaz de orientar a transição de um modelo de crescimento exponencial esgotado para um de desenvolvimento sustentável”.

O que se pretende no presente estudo, com as sugestões acima, é caracterizar teoricamente a tendência mais difundida e mais facilmente percebida, não só por muitos sujeitos sociais envolvidos em práticas ambientais, mas sobretudo pela chamada opinião pública, na medida em que, estando ela sob forte influência das teses neoliberais, não exige, nem teórica nem praticamente, rupturas com o modelo de desenvolvimento vigente e seu ideário.

Agências estatais, empresas privadas e mesmo algumas organizações não governamentais mais pragmáticas trabalham nos marcos de uma *sustentabilidade conservadora*, produzindo discursos e práticas oficiais, valorizando noções científicas e técnicas, como se neutras fossem, tratando os mecanismos de gestão ambiental (conselhos, leis, selos e mercadorias verdes) como um campo da ação preferencial de especialistas, conseqüentemente desvalorizando a participação mais efetiva da população.

Ao fazer a crítica sobre a chamada “Pedagogia da Reciclagem”, promovida pela empresa Reynolds Latasa², com forte apelo junto a escolas e municípios, Layrargues (2002, p. 202) chama atenção para o uso da noção de *ecoeficiência*, presente no discurso de combate ao desperdício. Essa noção atende às necessidades de seu metabolismo industrial, reciclando latas de alumínio com significativa economia de custos de produção, ao mobilizar alunos e cidadãos para a coleta de latas usadas e, ao mesmo tempo, diminuir a participação de catadores remunerados no processo de reciclagem.

Valorizando a reciclagem³, e não a redução do consumo, princípio

² Empresa integrante da transnacional norte-americana Reynolds Metals, responsável no Brasil pela produção das latas de alumínio para embalagem de bebidas.

³ A pedagogia dos três “R”, associada ao projeto, implicaria a indissociabilidade entre os fatores da redução do consumo, da reutilização e da reciclagem de materiais.

importante de sustentabilidade, a Latasa, com o apoio de parceiros públicos e privados, parece consagrar a máxima de reciclar para não diminuir o consumo, pedra de toque da lógica capitalista; assim, mantém a estratégia da descartabilidade e da obsolescência planejada, além de diminuir a chance de geração de renda por parte de segmentos desempregados da população.

Como nos indica o exemplo acima, a defesa do meio ambiente, em muitas situações, tem mascarado os interesses do mercado e de sua lógica acumulativa, e invariavelmente torna secundária a participação mais efetiva dos interessados nos processos de gestão ambiental.

Dessa forma, configura-se uma perspectiva conservadora que tem procurado se assenhorar do conceito de desenvolvimento sustentável, com importantes repercussões nas práticas de EA. Assim, como nos indica Lima (2002, p. 127), a tendência conservadora tem-se caracterizado por ser portadora de uma concepção reducionista e fragmentada da crise ambiental, dissociando as dimensões políticas e sociais dos problemas ambientais e apostando em inesgotáveis soluções tecnológicas.

Os postulados conservadores correspondem a uma valorização de ações pedagógicas que pouco incorporam do caráter interdisciplinar preconizado desde Tbilisi e assumido pelos segmentos mais críticos do campo ambiental; identificam a educação com mudanças comportamentais e individuais, quase sempre motivadas por uma perspectiva conservacionista em relação à natureza, como se as sociedades contemporâneas pudessem ser transformadas por uma educação conscientizadora capaz de mobilizar os indivíduos para ações ambientalmente corretas em relação à natureza. Como não trabalha com o conceito de contradição, que nos permite compreender a natureza dos conflitos socioambientais contemporâneos, a sustentabilidade pode, assim, ser alcançada por meio de uma transição harmônica e consensual, para a qual a educação ambiental deve concorrer.

Claro está que os projetos de EA que aceitam essas premissas, realizados em escolas ou comunidades, trabalham com uma concepção empobrecida de cidadania, no limite circunscrito pelo liberalismo, tolerante apenas com a participação tutelada dos cidadãos. Não sem razão, Lima (2002, p. 126) afirma que tal concepção de sustentabilidade constitui "o mais poderoso obstáculo a uma abordagem transformadora dos problemas ambientais".

Se a tendência caracterizada até aqui se apresenta como hegemônica, precisamos seguir com o mapeamento proposto para identificar uma outra postura, que, a despeito das diferenças existentes, pode ser considerada como uma perspectiva também conservadora. Trata-se da corrente teórica identificada por Loureiro (2000, p. 21) como "romantismo ingênuo", cuja produção "apresenta fortes evidências de que buscam sacralizar o ambiente"; o ser humano é tomado como um "agente nefasto", e professa-se um certo purismo em relação às atitudes ambientalmente corretas.

Também identificados como “conservacionistas”, “que almejam um aproveitamento racional e judicioso dos recursos naturais, reservando algumas amostras de ecossistemas nativos para proteção integral” (SOFFIATTI, 2002, p. 58), os partidários do romantismo ingênuo podem ser divididos entre seus segmentos mais pragmáticos — que se aproximam das teses de uma sustentabilidade conservadora — e os segmentos que poderíamos chamar de “fundamentalistas”, como o faz Viola (1987, p. 77), empenhados na construção de comunidades alternativas e periféricas que revelam pessimismo em relação às possibilidades de mudanças sociais e são muito refratárias em relação aos demais movimentos ambientais.

Uma versão mais radical do fundamentalismo traduz-se na vertente conhecida como “ecofascista”, que, por tomar a humanidade como inimiga da natureza, justifica a supressão da democracia em favor de soluções de força, sustentadas por uma elite esclarecida sobre a importância da preservação natural.

Embora não representem qualquer ameaça à hegemonia da primeira tendência, pois trata-se de uma posição atualmente sustentada por algumas ONGs e por movimentos pouco expressivos socialmente, os conservacionistas já experimentaram maior visibilidade nos anos 60 e 70; além disso, deixaram algumas marcas na cultura ambiental contemporânea, sobretudo em relação ao sentido a-histórico de suas formulações e à concepção naturalizada de meio ambiente, traços ainda presentes na percepção de não raros professores e educadores ambientais.

Outra tendência que merece registro nesse esforço de mapeamento do campo ambiental diz respeito ao espiritualismo sustentado por parte da militância ambientalista que, também segundo Loureiro (2000, p. 22), tem tido uma importante contribuição para as reflexões de natureza ética e moral suscitadas pela crise vivida, “quando se busca obter reconhecimento da vida em todas as suas formas de manifestação e repensar a individualidade, tendo como ponto de apoio uma nova relação mais harmoniosa com a natureza.”

A significativa atuação de seitas esotérico-religiosas, tanto na ECO 92 como nos três Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre, já neste século, denotam a importância das correntes espiritualistas nos debates sobre as relações entre a humanidade e o meio ambiente, denunciando a insustentabilidade da situação atual, marcada por miséria social e depredação ambiental. Nas palavras de quem talvez melhor represente essa perspectiva no Brasil, Leonardo Boff (2000, p. 30), trata-se de “propiciar uma visão não materialista e espiritual da natureza que propicie o ‘re-encantamento’ em face da sua complexidade e a veneração diante do mistério do universo”,

de modo que as religiões cumpram a “função re-ligadora”, capaz de buscar “uma nova experiência ecológica, que é ecumênica, holística e mística”.

Considerando que a perspectiva representada por Boff não transige com o pragmatismo hegemônico e com a lógica do capital, embora pareça secundarizar as contradições sociais em favor de uma libertação do ser humano, tomado genericamente⁴, podemos, com a sua “ecologia integral”, demarcar uma fronteira no campo ambiental para tratar das demais tendências, que, como essa, afirmam seu compromisso com a emancipação humana e se manifestam criticamente em relação ao modelo de desenvolvimento em bases capitalistas.

Assim, se considerarmos a existência de um polo, no qual se reúnem tendências que podemos chamar de *emancipatórias*, como fazem alguns autores⁵, de modo a nos contrapormos em relação ao polo conservador e pragmático, teremos um subcampo que, não sendo homogêneo, comporta algumas vertentes que merecem ser aqui consideradas. Procurando um terreno comum que justifique o uso da noção de emancipação para caracterizar posições teóricas e práticas distintas, poderemos encontrá-lo na percepção de que a crise não é apenas ambiental, mas tem uma dimensão estrutural e planetária.

Assim, tanto para serem compreendidas como para serem superadas, as práticas socioambientais precisam de fundamentos teórico-críticos capazes de concorrer para as profundas transformações que precisam ocorrer nos padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas. De maneira geral, resistem criticamente à banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, entendendo existirem contradições insuperáveis entre o capitalismo — como modo de produção de riquezas e de reprodução da existência humana, vale dizer, como experiência civilizatória — e a preservação ambiental, considerando as necessidades das gerações futuras.

Possivelmente, para os segmentos identificados com a perspectiva de uma “sustentabilidade emancipatória”⁶, faça mais sentido trabalhar com o conceito de *sociedade sustentável*, exprimindo a necessidade imperiosa de superação das ambiguidades presentes nas práticas e discursos que procuram compatibilizar capital, trabalho e natureza, em favor de um projeto civilizatório alternativo.

⁴ Na mesma obra, ao defender uma perspectiva planetária e cósmica da condição humana, Boff afirma que, da distância de uma nave espacial na órbita da Terra, “borram-se as diferenças entre ricos e pobres, ocidentais e orientais, neoliberais e socialistas” — todos são igualmente humanos (p. 31).

⁵ CARVALHO, Isabel (1998); LIMA, Gustavo F. (2002), entre outros.

⁶ Gustavo Ferreira da C. Lima usa a noção, no artigo já citado, em oposição ao que identificou como “sustentabilidade conservadora”. (p. 122).

Referências

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 2000.

CARVALHO, Isabel. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para educação ambiental. In: NOAL, F. O; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H. **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 1998.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Geórgia, Tbilisi, 1977. Recomendação n. 1.

CRESPO, Samyra. Educação para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: NOAL, F.O. et al. **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 1998.

LAYRARGUES, Philippe P. O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Gustavo Ferreira da C. Crise ambiental, educação e cidadania: desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: _____; et al. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez editora, 2000.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C.F. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ e Editora Espaço e Tempo, 1987.